

DOI <https://doi.org/10.26694/ca.v2i3.12368>

TOTALITARISMO E MUNDO DE SEMBLÂNCIAS A PARTIR DE HANNAH ARENDT

Totalitarianism and world of semblances from Hannah Arendt

Lucas Barreto Dias¹

RESUMO

Neste texto, proponho o conceito de mundo de semblâncias para pensar elementos antipolíticos que afastam a pluralidade humana do mundo comum e da vida pública. Para tanto, faço uma interpretação sobre *Origens do totalitarismo* a partir de conceitos elaborados por Arendt em *A condição humana* e *A vida do espírito*. Penso que as reflexões da autora sobre o espaço público junto às noções de aparência, pluralidade e mundo iluminam a sua teoria sobre a novidade que o totalitarismo representou na nossa história. Inicio o percurso relacionando a política com o tema da aparência e da pluralidade. Em seguida, exponho como Arendt diferencia aparência e semelhança a fim de usar este último em uma chave antipolítica de ocultamento da realidade. Demonstro como a propaganda inicia a organização deste mundo de semelhanças promovendo uma alienação da vida pública e uma desmundanização por meio da mentira. A pretensão totalitária de dominação total, todavia, só encontraria sua forma mais aprofundada no terror e nos campos de extermínio, o que, caso levado às últimas consequências, pensa a autora, significaria o fim do mundo e dos seres humanos. Por fim, faço uma breve leitura sobre como o mundo de semelhanças persiste em nossa contemporaneidade.

Palavras-chave: Totalitarismo. Espaço público. Aparência. Mundo de Semelhanças. Propaganda.

ABSTRACT

In this text, I propose the concept of a world of semblances to think antipolitical elements that distance human plurality from the common world and public life. For that, I interpret *The origins of totalitarianism* based on concepts developed by Arendt in *The human condition* and *The life of the mind*. I think that the author's thoughts on public space together with the concept of appearance, plurality and the world illuminate her theory about the novelty that totalitarianism represented in our history. I begin the article by relating politics to the theme of appearance and plurality. Then, I explain how Arendt differentiates appearance and resemblance in order to use the latter in an anti-political key to conceal reality. I demonstrate how propaganda initiates the organization of this world of resemblances that promotes an alienation from public life and a worldlessness through lies. The totalitarian claim to total domination, however, would only find its deepest form in terror and extermination camps, which, if taken to the last consequences, the author thinks, would mean the end of the world and of human beings. Finally, I give a brief reading about how the world of resemblances persists in our contemporaneity.

Key words: Totalitarianism. Public space. Appearance. World of Semblance. Propaganda.

¹ Doutor em Filosofia. Professor do IFCE. E-mail: lucas.noglbd@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Uma das principais definições de Hannah Arendt sobre o espaço público é formulada em *A condição humana*. Nesta obra, a autora o define como um espaço comum de aparição plural, isto é, a sua publicidade diz respeito a estar em um local que possibilita falar e ouvir, ver e ser visto, a agir junto a uma pluralidade de homens em um mundo comum². Ao identificar o conceito de público com a aparência e com o mundo, Arendt põe em destaque um de seus principais conceitos: a pluralidade humana, condição de toda vida política³. O mundo comum não é o domínio de um indivíduo ou grupo, antes, ele diz respeito àquilo que separa e une cada um que o habita, é o *espaço-entre* [in-between; Zwischen] que possibilita aos homens compartilharem uma realidade que diz respeito a todos. Essa realidade, pensa Arendt, é constituída sob a qualidade da aparição.

O tema da aparência do espaço público auxilia no tom político que Arendt pretende ressaltar ao delimitar a vida pública por meio de como nos revelamos aos demais e a como somos impactados por suas aparições. Essa biimplicação envolve um pertencimento de cada indivíduo a uma pluralidade que ele constitui e que é por ela constituído. Só é possível que haja espaço público sob o signo da aparência de uma pluralidade humana que habita um mundo comum.

Em um tom sugestivamente menos político, Arendt retoma o tema da aparência em sua derradeira obra. Ao ressaltar, em *A vida do espírito*, o valor da superfície, a pensadora confere ao conceito de pluralidade um novo *status*: torna-se, agora, lei da Terra⁴. Esta mesma pluralidade, pensa Arendt, é compreendida sob o conceito de ser-do-mundo, isto é, não apenas os seres humanos, mas os demais animais são interpretados à luz da noção de aparência (não à toa a presença do biólogo Adolf Portmann na moldura teórico-metodológica da obra) e possuem uma relação intrínseca com o mundo: não simplesmente estão localizados espacialmente no mundo, mas estão ligados a ele sob a noção de pertencimento, *ser do mundo*. Deixando de lado as discussões ontológicas que se poderia evocar a partir de tal aspecto, ressalto que Arendt nos transmite um aparato conceitual em torno da concepção de aparência que dá um peso ainda mais político à noção de espaço público. Isso porque, em *A vida do espírito*, Arendt ressalta que a aparência não diz respeito tão somente à revelação, em certos casos ela pode ocultar; mas ainda, ela pode, ao revelar, ocultar: mostrar algo sob o signo do que não é. A esta aparência que oculta ao revelar no modo da falsidade, Arendt chama semblância.

Minha intenção, aqui, é explorar estas considerações de Arendt acerca da aparência e da semblância e pensá-las relativamente ao espaço público. Mais especificamente, delimito minha interpretação ao uso de tais conceitos para pensar a destruição do espaço público imputado pelo regime totalitário. Penso que a leitura filosófica a contrapelo pode nos revelar certas significações presentes na compreensão arendtiana do totalitarismo e que ganham força para pensarmos a

² Cf. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. de: Roberto Raposo, revisão técnica de Adriano Correia. 11^a edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a, p. 61-71.

³ Cf. Ibid., p. 8-9.

⁴ Cf. ARENDT, Hannah. *A vida do espírito*: o pensar, o querer, o julgar. 2^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010b, p. 35.

novidade do regime totalitário enquanto uma nova forma de organização antipolítica de dominação total. Faço uma interpretação de que os regimes totalitários descritos por Arendt em *Origens do totalitarismo* – através de diversas táticas, como a propaganda, a “duplicação do mundo”, o terror e a ideologia – engendram não a criação de um espaço de aparências (local onde a verdade e a mentira são possíveis e onde opiniões podem ser formadas), mas de um espaço de semblâncias, isto é, no local do mundo das aparências, impetram um mundo de semblâncias, onde só a mentira é possível e opiniões públicas não se desenvolvem. Penso, por fim, que tais instrumentais teóricos nos possibilitam pensar nossa contemporaneidade política marcada pela desinformação massificada e anti-intelectualista.

2 APARÊNCIA E SEMBLÂNCIA

A fim de compreender o que significa indicar o totalitarismo como um regime antipolítico, penso, seguindo Arendt, no espaço público como um espaço de aparências, um campo em que a aparição dos diversos atores políticos é possível. Persigo uma pista para efetuar tal leitura que tem origem em uma passagem de *A vida do espírito* em que Arendt diz: “O verdadeiro contrário da verdade factual, em oposição à racional, não é o erro ou a ilusão, mas a mentira deliberada”⁵. Se na verdade racional – que envolve sobretudo as operações da razão – o erro pode vir a ser considerado o seu contrário, ao falarmos da verdade factual – aquilo que ocorre no mundo –, o problema não se encontra meramente do engano ou ilusão (também possíveis), mas na mentira praticada deliberadamente. Não à toa, como afirma Geraldo Emery Pereira, dizer a verdade se transforma em um modo de agir político quando nos encontramos em situações em que a mentira adentra o espaço político e nos afasta dos fatos: “a verdade dos fatos, nos momentos em que se opõe à mentira organizada e à disputa pela realidade com a ideologia, ‘atua’ politicamente como resistência”⁶.

Ao afirmar a coincidência entre Ser e Aparência⁷, Arendt atribui a este último conceito um aspecto fenomenológico que carrega consigo tanto a noção de verdade quanto o próprio conceito de semblância⁹, não porque toda aparência se resuma a ser uma semblância, mas pelo fato

⁵ Ibid., p. 77.

⁶ PEREIRA, Geraldo Adriano Emery. *Verdade e política na obra de Hannah Arendt*. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2019, p. 151.

⁷ Não se trata de uma identidade entre ser e aparecer, mas de uma coincidência vinculada ao ponto de origem da percepção humana: o mundo. A coincidência entre ser e aparência também não significa que tudo o que aparece já seja de antemão verdadeiro, mas que ambos os adjetivos são possíveis de lhe ser atribuídos: o ser que é enquanto aparece pode ser tanto verdadeiro quanto falso, isto é, tanto pode revelar quanto ocultar.

⁸ ARENDT, op. cit., 2010b, p. 35.

⁹ O termo semblância surge como opção para traduzir *semblance*. Sigo aqui a tradução adotada na edição brasileira que “a despeito da inconveniência do neologismo”, soube perceber que “a utilização de solução tradicionais, tais como ‘ilusão’ ou ‘erro perceptivo’, (...) se revelariam definitivamente inapropriadas na expressão ‘semblância autêntica’” (ARENDT, 2010b, p. 11). Ademais, traduzir semblância por outros termos, como perspectiva, quedam errados, tendo em vista que a noção de semblância está vinculada a um erro, ao passo que a perspectiva pode ser verdadeira ou falsa. Quando se fala em semblância verdadeira, por exemplo, Arendt designa não uma noção de verdade, mas, antes, o fato de que o erro está diretamente vinculado “à minha própria existência como uma das aparências terrenas” (*ibidem*, p. 55). Arendt faz uso de *semblance* como

de que “elas [as aparências] nunca revelam apenas; elas também ocultam”¹⁰. Isso significa que a aparência possui o duplo aspecto de revelar e ocultar. Tal questão, inicialmente no modo como é tratada por Arendt, refere-se à aparição do mundo e ao parece-me (*dokei moi*) próprio de cada indivíduo que percebe este mundo. Aqui, a aparência pode me mostrar o mundo em sua realidade (que só será confirmada com a pluralidade humana), mas também pode me levar à ilusão, ao erro: semblâncias, isto é, aparências que em vez de revelar o mundo, escondem-no por meio de um mostrar que não é ele mesmo; o que aparece não é aquilo que é real e verdadeiro, mas é o falso que é por mim apreendido. No entanto, segundo a pista acima, não é o erro o “verdadeiro contrário” da aparência verdadeira, o contrário da realidade não é simplesmente a ilusão, mas sobretudo a mentira deliberada, a fala que tem como finalidade ocultar uma verdade; não se trata aqui de um mero engano daquele que discursa, mas faz parte de seu objetivo a utilização do discurso enquanto encobridor de mundo. Em outras palavras, o problema surge na produção intencional de um estado de coisas que leva ao erro e à ilusão de outros indivíduos.

Dizer que não é o erro e a ilusão aquilo que está em maior oposição com a verdade factual significa dizer que, na medida em que provém do mundo fenomenicamente compreendido, a aparência pode ser apreendida na forma de verdade ou falsidade, e isso faz parte de seres que apreendem um mundo de aparências. No entanto, posto o mundo também ser compreendido junto a uma pluralidade que o compartilha comigo e o confirma, não se trata unicamente da apreensão fenomênica imediata do mundo, mas da interação entre aqueles que o habitam, de sua intrínseca intersubjetividade que se apresenta como inexorável para a percepção da realidade. Sobre isso, Arendt fala de uma tríplice qualidade-comum [*commonness*] que constitui o nosso senso de realidade: 1) os cinco sentidos que visam o mesmo objeto; 2) o contexto compartilhado que fornece o significado específico de cada objeto; 3) a confirmação plural daquilo percebido fenomenicamente¹¹. A indicação de que “nossa sensação de realidade¹² depende da aparência” já está presente em *A condição humana*, embora nesta obra ela se vincule mais especificamente à “existência de um domínio público”¹³.

A verdade e a realidade podem *ser* quando não apenas um, mas uma pluralidade de homens confirma sua existência. Se, porém, um ou alguns desses homens decide mentir deliberadamente, gera-se na pluralidade que compõe o senso comum a dúvida quanto à realidade. É no mentir proposital que se insere no mundo o oposto mais diametral possível da verdade factual e se cria um erro ou ilusão decorrente não do modo como esse mundo é apreendido diretamente por alguém, mas da maneira como outrem pretende que o mundo seja percebido pelos demais homens. A

tradução do alemão *Schein*, ao passo que traduz *Erscheinung* por *appearance* [aparência] (Cf. *ibidem*, pp. 40, 42, 57).

¹⁰ ARENDT, op. cit., 2010b, p. 41.

¹¹ Ibid., p. 67.

¹² Em *The life of the mind*, Arendt usa o termo *sensation of reality* (ARENDT, 1978a, p. 50), em *The human condition* ela opta por *feeling for reality* (ARENDT, 1998, p. 51), e em *Vita activa*, a versão alemã de *A condição humana*, a autora faz uso de *Realitätsgefühl* (ARENDT, 1967, p. 50)

¹³ ARENDT, op. cit., 2010a, p. 63.

mentira deliberada é capaz de produzir um falso mundo caso atinja uma quantidade tamanha de homens que acreditem nessa mentira e ajudem a propagá-la. A mentira, então, é o verdadeiro contrário da verdade factual por introduzir nos demais homens a possibilidade de erro e ilusão que anteriormente não existia.

O problema da mentira na política, para Arendt, se inscreve não por uma via moral, mas expõe os riscos ao nos afastar da dimensão factual. O caso paradigmático, por certo, é o regime totalitário¹⁴, o qual promove uma série de medidas que têm como fim retirar do espaço público seu caráter de aparência; sendo-lhe impossível a completa escuridão, resta a estratégia de criação de um mundo “fictício”, um mundo que aparece não através da revelação, mas pelo ocultamento. Na verdade, chamá-lo de “mundo” é quase um contrassenso, pois aquilo que o totalitarismo objetiva leva justamente à perda do mundo, à *desmundanidade* ou *acosmismo* [*worldlessness*; *Weltlosigkeit*], motivo pelo qual Alves Neto (2009) afirma que a desmundanização totalitária é uma das principais formas de alienação do mundo diagnosticada por Arendt em toda sua obra. Ao fim, o que resta no regime totalitário é um espaço da aparência ofuscado, um mundo de semelâncias, uma ficção que não é capaz de abrigar a pluralidade humana e que produz o desamparo/solidão [*loneliness*; *Verlassenheit*] como experiência básica.

3 A PROPAGANDA TOTALITÁRIA E A ORGANIZAÇÃO DO MUNDO DE SEMBLÂNCIAS

Em sua tarefa de compreensão do totalitarismo, o tema da visibilidade e da aparência da nova forma de governo faz parte da linguagem empregada por Arendt. De início, a autora identifica a propaganda como um dos elementos utilizados para a promoção de uma variada forma de aparição tanto do movimento quanto do regime totalitário. A função primordial da propaganda é gerar uma determinada forma de aparição do totalitarismo à população e ao mundo externo. Comandar uma massa de pessoas e organizá-las politicamente para os fins totalitários não era algo previsto pela história que antecede o século XX e que, não obstante a novidade, é de caráter imprescindível para esta forma de governo. A fim de reunir e manter a massa coesa, o movimento totalitário não apenas não abre mão da estratégia de propaganda, como coloca como central a mentira na formação da aparência totalitária, característica que Arendt julga indispensável para a compreensão do totalitarismo, pois “a propaganda dos movimentos totalitários (...) é invariavelmente tão franca quanto *mentirosa*”¹⁵.

No processo que leva os movimentos totalitários ao poder, a utilização da propaganda se reveste de um cientifismo que tem como fim convencer a massa a partir de uma suposta natureza

¹⁴ Arendt também utiliza este tema em seu texto sobre os documentos do Pentágono quanto à Guerra do Vietnam, “Mentira na política” (Cf. ARENDT, 2008, p. 9-48). Ainda neste texto, Arendt menciona como as experiências totalitárias buscavam reescrever a história e adaptar o passado através da eliminação de dados (ARENDT, 2008, p. 17).

¹⁵ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. Trad. Br. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 356-357.

científica em sua tarefa. Se o mundo é repleto de imprevistos, então a pretensão totalitária será a de trazer ao mundo uma forma de governo que solucione quaisquer riscos de imprevisibilidade. Segundo Arendt, a propaganda bolchevista do stalinismo designa esta tarefa à lei da História, uma lei superior a quaisquer códigos legais positivos e que só o partido é capaz de ser o agente que a torne realidade. De modo análogo, o partido nazista lança mão de um cientifismo de ordem natural que tem a meta de transformar o mundo de acordo com as leis naturais, também superiores à positividade da lei humana. As leis são propagadas em tom de ameaça ao povo, de modo que aqueles não adequáveis ou que não se adequarem às leis da natureza ou da história não terão outro fim senão o desaparecimento. A propaganda, como pontua Arendt, reveste-se de um “cientificismo ideológico” junto a uma “técnica de afirmações proféticas” em que “o argumento independe de verificação no presente” afirmado “que só o futuro lhe revelará os méritos”¹⁶ ¹⁷. Já em sua versão inicial, enquanto movimento totalitário que se desenvolve por meio da propaganda, o totalitarismo já se apresenta em sua tentativa de mostrar o mundo não como ele é, mas como ele deve ser para que o domínio total seja possível. A renúncia de quaisquer verificações entre a fala e os fatos põe em destaque não apenas a tarefa totalitária de encobrir o que é, mas, sobretudo, de criar um simulacro da realidade.

Mais que o falso conteúdo científico, Arendt indica a pretensa infalibilidade do líder – o porta-voz da ideologia – como uma das características principais da propaganda totalitária. Esvaziada de conteúdo concreto e apoiada na ideologia, a propaganda é transformada pelo discurso do líder e dirigida para a massa sob a forma de saber científico acerca da realidade. É imprescindível, nesse processo, que a massa faça identifique o desejo do líder não como uma vontade particular¹⁸, mas com o movimento próprio da História ou da Natureza. A fonte das leis sobre-humanas não é o elemento de destaque, mas a coerência lógica que elas são capazes de articular e a capacidade do líder de as realizar. Caso a realidade apareça distinta do professado pelo líder, dada a sua infalibilidade, não se trata de uma contradição no científico, na lei ou no líder: o totalitarismo defende que o erro está não no que fora afirmado, posto o Líder ser infalível, mas na realidade que não está conforme a História/Natureza.

Enquanto o totalitarismo existe sob a forma de movimento que visa o domínio total, ele não pode abdicar das estratégias de propaganda, a qual “exibe extremo desprezo pelos fatos em si, pois, na sua opinião, os fatos dependem exclusivamente do poder do homem que os inventa”¹⁹. Aqui, os fatos são divulgados pelo movimento totalitário não enquanto acontecimentos reais, mas

¹⁶ Ibid., p. 395.

¹⁷ A busca pela “eliminação da incômoda imprevisibilidade das ações e da conduta do indivíduo” (ARENDT, 1989, p. 395) através do científico inverificável mostra tanto a fuga da esfera da liberdade para a do comportamento que o regime totalitário opera ao chegar ao governo, quanto a crença de que a palavra final da “ciência” era aceita sem que buscassem no mundo algo que a comprovasse.

¹⁸ O totalitarismo difere nesse ponto da tirania, pois enquanto o governo do tirano se baseia em sua vontade privada, o totalitarismo transcende o indivíduo em direção às leis transmundanas (lei da natureza, no caso nazista, e lei da história, no bolchevique).

¹⁹ ARENDT, op. cit., 1989, p. 399.

como empecilhos para a realidade proveniente da infalibilidade do líder e da ideologia. Neste caso, nega-se, portanto, que os fatos componham a realidade do mundo, são transformados em nada mais que obstáculos para a execução da verdade totalitária através das leis da História/Natureza. O que está em questão é a fabricação do simulacro de uma verdade factual que será realizada pelo regime totalitário. A capacidade de adequar a realidade à ideologia – a fim de criar o mundo proposto pelo domínio total – só é possível, no entanto, quando o movimento toma o controle efetivo do governo, caso em que a propaganda se torna irrelevante e dá espaço para outras táticas de dominação.

Segundo Arendt, a eficácia da propaganda totalitária foi possível na Alemanha e na União Soviética porque as massas “não acreditam em nada visível, nem na realidade da sua própria experiência; não confiam em seus olhos e ouvidos, mas apenas em sua imaginação, que pode ser seduzida por qualquer coisa ao mesmo tempo universal e congruente em si”²⁰. Há, aqui, o encontro de uma massa disposta e aos poucos preparada para ter sua realidade moldada por um sistema inverificável com um movimento baseado em uma ideologia capaz de criar uma realidade coerente o suficiente para que essa massa possa habitar. Na medida em que nossa experiência do mundo envolve a pluralidade humana²¹, a perda da confiança da realidade está diretamente ligada com a experiência atomizada que o totalitarismo acentua. O afastamento da vida pública proveniente do modelo político da modernidade produz uma massa de indivíduos desvinculados de uma pluralidade humana; esta massa, incapaz de ver e ouvir o que os outros falam e agem, é o alvo da propaganda, a qual expande cada vez mais a distância entre a realidade e os indivíduos.

Frente à crescente incapacidade de verificação que se acentua na massa, não se trata de falar do mundo como ele é, mas como ele pode ser segundo a lógica totalitária, “o que convence as massas não são os fatos, mesmo que sejam fatos inventados, mas apenas a coerência com o sistema do qual esses fatos fazem parte”²². Se os fatos não condizem com aquilo proclamado pelo movimento, isso não evoca tanta comoção frente a um sistema consistente e à possibilidade de a realidade ser manipulável. A evidência dos fatos não é suficiente, torna-se até mesmo descartável; no sistema totalitário o que aparece só pode ser verdadeiro se corresponder à sua lógica, do contrário, a aparência factual é uma mera semelhança que deve ser eliminada.

O regime totalitário, em sua ficção, acaba por retirar dos cidadãos a capacidade de adentrar no espaço público, mais precisamente, ele elimina as condições do político, de modo que não se trata apenas de um esvaziamento do público, mas de sua aniquilação. Agora não se é mais capaz da individuação e diferenciação que promove a pluralidade, nem da compreensão e pensamento; trata-se de fazer parte de uma massa amorfa em que Todos são Um. A ação, a atividade humana por excelência e pela qual cada um se fazia presente no mundo aos/com outros homens, não é mais

²⁰ Ibid., p. 401.

²¹ Como visto anteriormente quanto à tríplice qualidade-comum [*commonness*] que constitui o nosso senso de realidade. Desenvolvo a relação entre pluralidade e experiência com mais afinco no artigo “Hannah Arendt e a intencionalidade das aparências”, cf. DIAS, 2020.

²² ARENDT, op. cit., 1989, p. 401.

possível numa sociedade atomizada, cuja principal atividade é o comportamento. Trata-se, aqui, do princípio de organização: organiza-se a massa atomizada que tem sua atividade reduzida, em parte, ao comportamento; nesse sentido, Arendt indica que “o verdadeiro objetivo da propaganda totalitária não era a persuasão, mas a organização”²³. Deste modo, substitui-se aquela atividade considerada desde os gregos como “a arte verdadeiramente política”, a persuasão (ARENDT, 2010c, p. 47), pelo comportamento previsível da massa. As técnicas de propaganda utilizadas na criação de um mundo fictício compõem um primeiro momento da fabricação de um mundo de semblâncias totalitário.

A organização totalitária age em conjunto com a propaganda, pois juntas pretendem “modificar as mentiras propagandísticas do movimento, tecidas em torno de uma ficção central (...), em uma realidade operante para construir (...) uma sociedade cujos membros ajam e reajam segundo as regras de um mundo fictício”²⁴. Organizar, aqui, tem o duplo sentido de organizar a própria estrutura do movimento totalitário na medida em que também organiza as massas. A organização do movimento, no entanto, não obedece a regras hierárquicas; baseia-se em dois pontos: o puro movimento e a vontade do Líder. Caso se erguesse estruturalmente como uma tirania, isto é, seguindo um modelo tradicional, o totalitarismo não seria capaz de executar sua pretensão de domínio total. Uma vez que assumisse uma hierarquia conhecida de todos, tornaria previsível os possíveis sucessores do Líder ao situar cada um em algum determinado nível do governo; tal atitude impossibilitaria o totalitarismo de manter o seu mundo fictício. Isso porque sua ficção visa, além da massa, aqueles que participam do movimento. Apenas o Líder sabe de tudo, os demais podem conjecturar suas posições dentro do movimento e do regime, mas não têm como afirmar definitivamente se ela corresponde à realidade.

Deste modo, ressalto três aspectos que se perdem nesse processo: 1) a experiência, tendo em vista a desconfiança nos fatos; 2) o contexto compartilhado, dada a desmundanização; e 3) a pluralidade humana, posta a atomização. Sem a experiência, sem o contexto compartilhado e sem a pluralidade humana não há como assegurar o senso de realidade. A aparência não é mais capaz de revelar ou ocultar algo diretamente, a dúvida é perene: ao seguir a lei do movimento, a permanência – outro dos requisitos que asseguram a realidade do mundo – não tem lugar na organização totalitária.

Embora, como dito anteriormente, o termo semelhança só receba a significação conceitual em *A vida do espírito*, creio ser possível se fazer uma leitura desse conceito no que tange às descrições da aparência do governo e do movimento totalitários em *Origens do totalitarismo*. Ao falar das organizações de vanguarda – que têm como fim diferenciar os membros efetivos do partido dos que são meramente seus simpatizantes –, Arendt nos chama a atenção ao dizer que elas emprestam

²³ Ibid., p. 411.

²⁴ Ibid., p. 413.

“uma *semelhança* de normalidade externa [*semblance of outside normality*] que amortece o impacto da verdadeira realidade de maneira mais eficaz que a simples doutrinação”²⁵ ²⁶.

A situação descrita acima por Arendt se insere no processo em que os movimentos totalitários galgam seu caminho ao governo. Assim, essa “semelhança de normalidade” é seguida do isolamento dos membros para que eles pareçam normais aos simpatizantes, os quais ainda fazem parte de um mundo não-totalitário e “cercam os movimentos totalitários com um véu de normalidade e respeitabilidade que engana os membros acerca do verdadeiro caráter do mundo exterior tanto quanto engana o mundo exterior sobre o verdadeiro caráter do movimento”²⁷. A semelhança de normalidade, como se percebe, é dupla, pois: 1) os simpatizantes garantem um aspecto de normalidade aos membros e ao mundo exterior na mesma medida em que 2) os membros representam uma normalidade frente aos simpatizantes com o intuito de atrair mais homens comuns para o movimento. A mentira de que haja uma normalidade é apresentada para conseguir adeptos entre os homens ainda não atomizados, assim como para não aparecer em sua verdadeira face para o mundo exterior. Mais que isso, a mentira reside entre os próprios membros que compõem até mesmo o mais alto escalão de liderança do movimento, pois, ainda que pensem assumir uma posição que exprima o seu poder e influência, nada do que presumem condiz com a efetiva influência que exercem junto ao Líder. A semelhança é necessária para manter o totalitarismo, visto que na manipulação da aparência que não revela a verdade, mas apenas a oculta, cria-se um sistema em que a ficção assume *status* de realidade. A aparência funciona tão-somente como semelhança, produto da mentira deliberada, o extremo oposto da verdade factual.

Ainda em busca de criar uma semelhança de normalidade, o totalitarismo faz uso do que Arendt que chama de “técnica de duplicação”: criação de departamentos institucionais inspirados na administração do Estado com intenção de mostrar que o movimento totalitário possuía o mesmo nível de normalidade que o mundo não-totalitário²⁸. Era a criação de um novo mundo que parecia imitar aquele do quotidiano, com a vantagem de agora se mostrar de um modo coerente e bem arranjado, segundo as leis sobre-humanas. Tais instituições não tinham, entretanto, um alto valor profissional como o tinham os modelos reais de que se faziam simulacro, “mas, juntas, criavam um perfeito *mundo de aparências* onde cada realidade do mundo não-totalitário era servilmente reproduzida sob a forma de embuste”²⁹. O mundo de aparências criado pelo movimento totalitário se baseia, todavia, não na faculdade de revelar a realidade, mas na produzida por meio da mentira deliberada: o que há aqui é a criação de um mundo de semelhanças. A realidade, agora sob a forma de embuste, não exprime senão uma falsa normalidade que se soergue lançando sombra sobre o mundo de aparências autênticas.

²⁵ ARENDT, Hannah. *The origins of totalitarianism*. New York: Harcourt, 1978b, p. 366, grifo meu.

²⁶ Na edição brasileira, o tradutor Roberto Raposo traduz o termo *semblance* por *aparência*, cf. ARENDT, 1989, p. 416.

²⁷ ARENDT, op. cit., 1978b, p. 366.

²⁸ ARENDT, op. cit., 1989, p. 421; ARENDT, op. cit., 1978b, p. 371.

²⁹ ARENDT, op. cit., 1989, p. 421, grifo meu.

Para manter a farsa que engendra, o sistema totalitário não pode deixar escapar nenhuma camada que compõe a sociedade da qual surge, pois se sua intenção é o domínio total, qualquer um que escape à manipulação totalitária é potencialmente uma ameaça de revelar a mentira sob a qual se ergue o totalitarismo. É em virtude disso que o modo de proceder do “sistema totalitário”, diz Arendt, “reside precisamente em eliminar a realidade que desmascara o mentiroso ou o força a legitimar as suas mentiras”³⁰. Posto que “na interpretação do totalitarismo, todas as leis se tornam leis de movimento”³¹, sua pretensão de criar um sistema que propicie o perene domínio implica uma contínua mudança com base nas leis da Natureza e da História que evoca realizar. Para tanto, comprehende Arendt, “a educação dos seus membros objetiva abolir a capacidade de distinguir entre a verdade e a mentira, entre a realidade e a ficção”; e a isto se segue a transformação de “qualquer declaração de fato em declaração de finalidade”^{32 33}.

É possível, assim, indicar uma dupla utilização da mentira: 1) aquela ligada à ideologia, “as mentiras ideológicas”, e 2) a que tem como propósito a subversão da realidade, “as mentiras táticas do movimento”. As mentiras ideológicas, fundadas nas leis da História e da Natureza, pedem a atuação das mentiras táticas para a confirmação da coerência lógica e da infalibilidade do Líder. A duplicação do mundo – a superposição da ficção totalitária sobre a realidade factual – tem a finalidade de, enquanto mentira tática, legitimar as mentiras ideológicas. A semblância criada pelas mentiras táticas se une à ideologia e perpassa as camadas da sociedade por meio de uma educação que não mais diferencia a verdade da mentira, pois não se trata mais de falar de verdades, mas de resultados e de coerência. A ficção está vinculada ao resultado e coerência proveniente das mentiras ideológicas e das mentiras táticas, de modo a não deixar mais espaço para a realidade; em outras palavras, o totalitarismo transforma a ficção em realidade na criação de um mundo de semblâncias.

A produção da semblância de normalidade fundada nas mentiras ideológicas e táticas adquire um novo patamar quando o movimento totalitário ascende ao poder de modo efetivo. Como sua lei é uma lei do movimento, instaura-se um estado de instabilidade permanente, visa-se aniquilar a permanência não apenas do mundo real, mas até mesmo a do mundo fictício. Caso a ficção se estabilizasse, ficaria cada vez mais latente a possibilidade de revelação dos simulacros de realidade; quanto mais tempo o mundo de semblâncias se fixe mais ele permite que se encontre seus erros, mais a mentira pode ser revela enquanto tal. É em vista disso que o Bolchevismo fala de uma “revolução permanente”³⁴, enquanto o Nazismo exige uma “seleção [racial] que não pode parar”³⁵. A permanência precisa ser sempre evitada, posto ser um dos meios pelos quais a realidade pode ser comprovada; o novo regime político não tem como função inspirar um novo modo de vida, pois

³⁰ Ibid., p. 434.

³¹ Ibid., p. 515.

³² Ibid., p. 435.

³³ Arendt cita Hitler: “O Estado é apenas um meio para um fim. O fim é: conservação da raça” (*Reden*, 1939, p. 125, *apud* ARENDT, 1989, p. 407).

³⁴ ARENDT, op. cit., 1989, p. 439.

³⁵ Ibid., p. 441.

este implicaria um senso comum e uma possível des-atomização parcial na medida em que adotasse uma postura singular de vivência de seus simpatizantes. A única permanência é a do movimento que não deixa atrás de si nada de durável, não inspira nenhuma segurança e não permite nenhuma relação autêntica entre os seres humanos.

4 A IMPLEMENTAÇÃO DO MUNDO DE SEMBLÂNCIAS

No totalitarismo, o poder não funda e nem provém de um espaço público que aparece e que possibilita a aparência dos homens em sua pluralidade constitutiva.³⁶ Ao contrário, seu modelo de poder se esconde sob simulacros de realidade criados a partir das mentiras ideológicas e das mentiras táticas de propagadas ao mundo externo, aos simpatizantes do movimento/regime e mesmo aos membros do partido. Sob o regime totalitário, a visibilidade do poder não corresponde imediatamente com aquilo que o funda, há, justamente, a criação de semblâncias têm como função também ocultar a fonte do poder totalitário. Todavia, apenas as mentiras não são suficientes para garantir o domínio total empreendido pelo novo regime do século XX.

Como delineado previamente, é apenas por meio de uma estrutura fictícia que se torna possível esse “conceito de poder inteiramente novo” e “sua *Realpolitik*”³⁷, isto porque “o poder, como concebido pelo totalitarismo, reside exclusivamente na força³⁸ [*force*] produzida pela organização”³⁹. É a polícia secreta a responsável por manter a organização, de modo que “todo poder real é investido nas instituições do movimento, fora do Estado e dos aparatos militares”⁴⁰. O Estado e as forças militares, no totalitarismo, são instrumentos para produção de semblância, eles representam tanto um simulacro interno quanto externo, funcionam para organizar a semblância de normalidade. A fonte do poder se encontra fora da esfera da aparência, camufla-se mostrando algo distinto. É nesse sentido que a polícia secreta se torna o aparato da organização totalitária, pois “mesmo o domínio totalitário (...) precisa de uma base de poder – a polícia secreta e sua rede de informantes”⁴¹. Em outras palavras, a visibilidade oculta o verdadeiro princípio organizacional, o qual, por sua vez, não aparece ou pouco aparece.

³⁶ Sobre o conceito de poder, cf. ARENDT, 2010a, pp. 249-259; ARENDT, 2010d, pp. 60-62.

³⁷ ARENDT, op. cit., 1989, p. 467.

³⁸ Arendt distingue *force* [força] e *strength* [vigor]. No totalitarismo nós temos, sobretudo, a utilização da força, em vez de vigor, pelo fato de o vigor ser definido como algo proveniente de uma “entidade individual; é a propriedade inerente a um objeto ou pessoa”, conceito comumente utilizado pela linguagem popular para chamar um indivíduo de poderoso, enquanto o “poder” [*power*] funciona como uma metáfora para vigor. Por outro lado, a força “deveria ser reservada, na linguagem terminológica, às ‘forças da natureza’ ou à ‘força das circunstâncias’ (*la force des choses*), isto é, deveria indicar a energia liberada por movimentos físicos ou sociais”. Este último – mais que *poder* ou *vigor* – parece mais apropriado para designar aquilo produzido pela organização totalitária, haja vista ambos os regimes totalitários se fundarem nas leis sobre-humanas da natureza e da história. Cf. ARENDT, 2010d, pp. 60-63.

³⁹ ARENDT, op. cit., 1989, p. 468.

⁴⁰ ARENDT, op. cit., 1978b, p. 420.

⁴¹ ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Trad. de André Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010d, p. 67.

Na medida em que se torna não só um movimento, mas adquire o controle efetivo sob forma de regime, o totalitarismo precisa do princípio organização para resolver o duplo problema que surge ao constituir o Estado: 1) proteger sem tornar permanente a ficção do mundo totalitário contra o impacto da realidade (permanência da ficção através da lei do movimento) e 2) ajustar as semelhanças de normalidade e de senso comum. A fim de manter o controle que visa ao domínio total, não basta a propaganda e a mentira organizada. Faz-se necessário um instrumento mais eficaz que proporcione a implementação do mundo de semelhanças. A lei do movimento que funda o totalitarismo precisa seguir o fluxo autoimposto e demanda novas camadas de dominação: junto à ideologia é preciso do terror, superior à violência e mais eficiente na adequação da realidade à força da lei do movimento.

O totalitarismo modifica a própria noção de lei: no lugar de concebê-la enquanto uma estrutura estável que resguarda a possibilidade da ação humana, ele a define através de uma noção de processo e de evolução que visa, após ter sido efetivada pelo terror, “a fabricação da humanidade [*mankind*]”, pretendendo com isso eliminar “os indivíduos pelo bem da espécie” e sacrificar “as ‘partes’ em benefício do ‘todo’”⁴². Convertendo o conceito de lei da noção de permanência para a de movimento, o totalitarismo transforma, sob essa concepção, o terror em legalidade.⁴³

Assim como as tiranias e ditaduras monopartidárias, o totalitarismo também destrói o espaço vital da liberdade, o espaço da aparência, o domínio público: o *locus* em que a ação humana pode ocorrer é eliminado. Se nas tiranias a ação pode ainda vir a surgir – dado o fato de possuir ainda um princípio de ação, o medo, como Arendt aprende a partir de Montesquieu⁴⁴ –, por outro lado, o totalitarismo busca encontrar um modo que leve a cabo a destruição de qualquer possibilidade da ação humana.

Para os fins totalitários, o espaço público não é simplesmente eliminado, ele é, antes, esvaziado de sentido e sua factualidade é destruída: existe como simulacro, ficção que oculta a fonte da força totalitária.⁴⁵ Essa forma de destruição do espaço público operada pelo totalitarismo necessita também do fim do senso comum e, para isso, do fim da capacidade e necessidade de compreensão. Segundo Arendt: “é mais que a perda da capacidade de ação política (...) e mais do que a crescente falta de significado e perda do senso comum (...); é a perda da própria busca de

⁴² ARENDT, op. cit., 1989, p. 517.

⁴³ No modo de proceder do totalitarismo, o inimigo objetivo (os judeus e os poloneses para os nazistas, os contrarrevolucionários ou descendentes de burgueses para os bolcheviques) é fundamental: é a ele que se direciona a lei do movimento. Na medida em que esse inimigo é eliminado sistematicamente, a estrutura imprevisível dos assassinatos passa a ser executada, a lei do movimento é realizada arbitrariamente para manter os campos de extermínio, os quais, de modo cíclico, efetuam a lei do movimento.

⁴⁴ Cf. ARENDT, op. cit., 1989, p. 519; ARENDT, Hannah. *Compreender: Formação, exílio e totalitarismo*. Trad. Br. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008a, p. 349.

⁴⁵ Na tirania, o arbítrio na escolha dos inimigos, os quais são escolhidos pela vontade do tirano através da mera oposição ao regime, de modo que a negação da liberdade humana efetuada pela tirania é de uma dimensão distinta da posta em prática pelo totalitarismo. Na tirania, a negação da liberdade está diretamente ligada com a destruição das leis positivas em favor da vontade soberana do tirano.

significado e da própria necessidade de compreensão”⁴⁶. Justamente por isso o regime totalitário se efetiva como ponto de ruptura não apenas da política, mas, também, da compreensão. Penso ser possível designar, sob a mesma forma de interpretação que venho traçando neste texto, a criação de uma semelhança do senso comum. Tal como o mundo de semelhanças designa não um mundo, mas um simulacro, um *desmundo*, a semelhança do senso comum não é composta por um sentido de pertencimento que permite aos indivíduos se orientarem no mundo resguardando suas singularidades: sua estrutura é a de uma adequação em que não é possível quaisquer diferenças, uma adesão irrestrita onde não há pluralidade.

A semelhança do mundo e do senso comum leva aos poucos à eliminação da memória, aquela capacidade mental à qual devemos, em certa medida, nossa existência histórica. Para o domínio total, o regime não pode deixar a memória sobreviva, capacidade que propicia a nossa busca por compreensão, a tentativa de encontrar sentido naquilo que aparece. Eliminar a memória é útil tanto para o fim da compreensão quanto para o fim da ação humana, pois a história traz a recordação de que os homens são capazes sempre de iniciar algo novo, motivo pelo qual não pode fazer parte do cotidiano totalitário enquanto uma realidade humana. O que é real desaparece, não existe. A realidade perde a confiabilidade dos fatos, o contexto não é mais compartilhado e não há mais pluralidade humana. Desaparece a experiência, o senso comum, a compreensão e a ação humana.⁴⁷

É através do terror que o totalitarismo pode alcançar sua forma plena. Além da produção de um mundo de semelhanças e do esvaziamento do espaço público, resta dominar a esfera da privatividade, aquela na qual cada indivíduo leva sua vida particular em que se resguarda da luz da esfera pública. A privatividade e a publicidade, embora possam ser definidas como diametralmente opostas, guardam entre si uma relação inalienável, pois não é possível uma vida que se desenvolva apenas na clareira da publicidade, também é necessário a cada um ter um local para se proteger e abrigar. Ao investir contra ambos os espaços, os homens se tornam ainda mais vulneráveis: seja para o domínio, seja para o extermínio.

Unicamente a perda do espaço da aparência não é capaz de eliminar a comunicação possível entre os homens (de certo modo a esfera privada pode a abrigar), assim como não aniquila todas as capacidades humanas, apenas aquelas que dizem respeito diretamente à esfera pública. No

⁴⁶ ARENDT, op. cit., 2008a, p. 340.

⁴⁷ Apenas a História, realidade supra-humana que dá movimento ao totalitarismo soviético, pode existir; esta História nada tem a ver com a memória, mas é o princípio pelo qual a lei do movimento encontra sua força, capaz de desencadear uma lógica axiomático-dedutiva que tem como função permear a ideologia totalitária de um cientifismo e de uma filosofia que não são senão uma pseudociênciencia e uma pseudofilosofia. A ideologia se refere à dedução lógica de uma ideia, isto é, “a revelação de um processo que está em constante mudança” por meio da aplicação de sua ideia à história: o racismo ou a luta de classes. Não é mantida, no entanto, a história (ou mesmo as *estórias [stories]*) enquanto algo proveniente da ação humana espontânea e livre, mas somente a ideia da história vista à luz da sua ideia motora (racismo/luta de classes). Manter a memória no domínio totalitário é um risco que se corre na busca pelo domínio total, daí uma das tarefas mais difíceis da polícia secreta: apagar a existência histórica dos eliminados, apagar a memória que se tem deles, apagar a ação e aquilo que ela engendrou.

isolamento, situação ainda pré-totalitária, “toda a esfera da vida privada, juntamente com as capacidades da experiência, da fabricação e do pensamento, é deixada intacta”⁴⁸. O homem, enquanto *homo faber* [ligado à atividade da obra, fabricação], continua a existir no isolamento, vivenciado em sua privatividade. Nem mesmo esse aspecto do homem pode sobreviver ao domínio totalitário, pois toda produção deve ser reduzida ao ciclo vital da lei do movimento. No mundo de semelhança pretendido pelo totalitarismo só é possível a sobrevivência do homem na sua dimensão animal: o *animal laborans*. Essa redução do indivíduo unicamente à animalidade, caso levada a cabo, acarretaria o fim do indivíduo: sem um mundo, sem pertencer a uma pluralidade, sem um senso comum. A lei do movimento leva a um ser desamparado que não tem acesso à esfera pública, que não aparece aos demais, foram transformados todos em Um, uma massa disforme incapaz de agir e pensar, ao mesmo tempo que não possuem um espaço no mundo nem uma esfera privada para se ocultar. O mundo de semelhanças totalitário promete, assim, o fim do mundo.

Na medida em que somos do mundo e que nosso pensar é sempre um pensar a partir das aparições mundanas, a atividade de compreensão – em sua constante busca de atribuição de sentido – pode sempre significar uma reconciliação com a realidade, precisamente o que o totalitarismo busca de todos os modos impedir. Trata-se de perceber que a desmundanização totalitária tenta retirar dos homens até mesmo sua característica de *ser do mundo*. Ao transformar o mundo em mera semelhança, o totalitarismo reduz a possibilidade de uma apreensão das aparências pela massa senão à única forma que lhe favorece: a do erro, mais ainda, a do erro gerado por meio de uma mentira deliberada. Embora o Pensar não tenha acesso direto à verdade factual, ele surge do espanto frente ao mundo, seja pela apreensão de uma aparência que revele, seja por uma que oculte: é o que impele os homens ao mundo e à busca pela verdade.

Essa relação da pluralidade humana com o mundo só é possível porque os homens são seres mundanos em três níveis: 1) da Terra, 2) do mundo artificial, 3) do mundo político. Cabe, então, ao totalitarismo retirar sua mundanidade em todos eles. Ainda que reduzido apenas à vida biológica, a condição humana de ser um ser também da Terra é eliminada, pois a “pluralidade é a lei da Terra”⁴⁹. Os homens não podem resguardar nem mesmo esta característica, pois quaisquer experiências legítimas põem em risco o domínio total: o acesso aos fatos não pode ser assegurado. A possibilidade de que o homem acesse a realidade ocultada pelo totalitarismo simboliza um perigo para a existência do mundo de semelhanças erguido em vista do domínio total, e qualquer coisa que ameace seu objetivo deve ser eliminada. É por aqui que podemos compreender o fato de o totalitarismo não considerar suficiente para suas intenções apenas o isolamento: é-lhe necessário mais que isso, é preciso que o homem se sinta solitário, desamparado.

O objetivo, então, torna-se claro: há que se eliminar tanto a esfera da aparência quanto o seu oposto, a da privatividade; as situações contrárias podem ser um empecilho indesejável para os

⁴⁸ ARENDT, op. cit., 1978b, p. 474.

⁴⁹ ARENDT, op. cit., 2010b, p. 37.

fins totalitários. Pensamentos e memórias não fazem parte do propósito do mundo totalitário, há que os substituir pela “auto coerção da lógica totalitária [que] destrói a capacidade humana de experienciar e de pensar tão seguramente como destrói a capacidade humana de agir”⁵⁰. É a coerência lógica que importa para o totalitarismo, pois “a única capacidade da mente humana que não precisa do eu nem dos outros nem do mundo para funcionar seguramente, e que independe tanto da experiência como do pensamento, é a capacidade do raciocínio lógico”⁵¹. Esta é a função do cinturão de ferro do terror: a eliminação do homem de ação, do *homo faber* e do pensador: a substituição da verdade factual por mentiras, de um lado, e, de outro, pela exaltação da “verdade” proveniente da lógica, “mas essa ‘verdade’ é vazia ou, antes, nem mesmo uma verdade, uma vez que nada revela”⁵².

São, por fim, os campos de concentração/exterminio os responsáveis pela destruição final do homem “em todos os aspectos da vida”⁵³ e mesmo da morte, pois aqueles que são vítimas do totalitarismo e são enviados para os campos deixam de ter todo tipo de controle sobre si. Controle sobre a vida e morte de todos, sobre a realidade, sobre os fatos, sobre o que aparece e o que permanece oculto, sobre o que deve ser tido como verdade e como mentira, sobre a semelhança produzida e tornada real para o mundo totalitário e para o não-totalitário. É pelo terror dos campos e pela doutrinação ideológica que visa à transformação do homem que o totalitarismo subverte a aparência em todos os seus sentidos. É por isso o regime totalitário aquele evento paradigmático que melhor representa a perda não só do espaço da aparência, mas de tudo relacionado ao seu caráter de revelação e valor, pois, pior que tudo, representa a perda da dignidade humana e a destruição do mundo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a dominação totalitária nunca tenha se efetivado como um todo e o fim do mundo às vezes pareça ser uma fórmula exagerada, alguns de seus elementos permanecem sob formas aparentemente menos apocalípticas. Há ainda a criação de um mundo de semelhança que acentua nosso afastamento da vida pública e um anti-intelectualismo crescente por parte não só de líderes mundiais – como Trump, Bolsonaro, Putin, Erdogan, Orbán –, mas mesmo de classes profissionais, que nos afasta da realidade, mina nossa confiança nos fatos. Nas apropriações recentes, parece haver a criação de uma semelhança de politização por parte de uma massa de indivíduos que se julgam politizados quando encontram coro para suas opiniões em alguns de seus pares que a replicam. Nesses grupos, todavia, a não adesão a uma ideia posta é vista como critério de exclusão, de modo que há uma adequação necessária para fazer parte de um determinado grupo:

⁵⁰ ARENDT, op. cit., 1978b, p. 474.

⁵¹ Ibid., p. 477.

⁵² Ibidem.

⁵³ ARENDT, op. cit., 1989, p. 507.

a crítica e pensamento próprio, a avaliação com base em dados e fatos não deve, muitas vezes, sobrepujar certos objetivos previamente traçados.

Isso não significa, é claro, que vivamos em um regime totalitário, mas que ele nos legou certas heranças das quais parecemos ser incapazes ainda de nos livrar: elas assumem novas faces e adquirem novos métodos de nos alienar do mundo. Talvez duas das mais engenhosas formas de fazer isso sejam justamente sob duas perspectivas de propostas distintas: 1) por meio da exaltação de uma ideologia com valores inquestionáveis, de modo que *politizado* é aquele sujeito que assume integralmente certas bases inverificáveis como se elas fossem factuais; 2) a falsa negação de toda doutrina, quando, na verdade, assume-se uma ideologia ainda mais negadora dos fatos e da história, exalta-se o pensamento crítico confundindo-o com a incapacidade de verificação de quaisquer eventos factuais, sejam históricos, sejam científicos.

Vivemos, hoje, transformações de modos de se ocultar a realidade através das virtualidades: dos algoritmos que nos afastam de experiências plurais transformando-nos em consumidores/mercadorias; bem como da transformação dos fatos em *fake news* e da produção, por sua vez, de outras *falsas notícias* como se fossem, estas sim, a revelação de uma verdade escondida. As propagandas, aqui, se transformaram por meio dos aplicativos de mensagens (*Telegram* e, em especial no Brasil, *Whatsapp*), das redes socio-virtuais (*Facebook*, *Instagram*), de programas de áudio por *podcasts* e de vídeos, sobretudo no *Youtube*. A fantasia que muitos deles promovem consegue alcançar uma massa consumidora que não verifica suas informações, sobretudo aquelas que se vendem já em títulos chamativos – conhecidos como *click bait* – e que oferecem uma explicação do mundo diferente daquele visto no quotidiano e na nossa formação básica. A criação de teorias da conspiração sobre quem governa o mundo e sobre os inimigos que precisamos combater consegue estimular a fantasia e imaginação de muita gente, tanto das elites que já possuem privilégios, quanto daqueles que sofrem diariamente e que se veem rechaçados pelo mundo em que vivem. Não importa se as mentiras não são reais, pois, ao criar a semelhança de um mundo que não existe, elas prometem resolver todos os problemas, sejam os efetivamente reais, sejam os fictícios.

A capacidade de mentir e de ocultar os fatos por meio da revelação de teorias da conspiração cada vez menos preocupadas com quaisquer coerências internas chama a atenção: não se demanda mais nem mesmo uma lógica interna mínima, mas tão somente se busca criar e capturar paixões que nos afastam do mundo. O animal *laborans* do século XX é, assim, um animal tecnológico, um animal algorítmico, seu *páthos* não é estimulado pela realidade, mas por uma virtualidade que simula cada vez mais de forma irracional e sem sentido um mundo de semelhança.

REFERÊNCIAS

ALVES NETO, Rodrigo Ribeiro. *Alienações do mundo*: uma interpretação da obra de Hannah Arendt. São Paulo: Loyola; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009.

- ARENDT, Hannah. *Compreender*: Formação, exílio e totalitarismo. Trad. Br. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008a.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. de: Roberto Raposo, revisão técnica de Adriano Correia. 11^a edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.
- ARENDT, Hannah. *Crises da república*. Trad. de José Volkmann. 2^a ed., 3^a reimpressão. São Paulo: Perspectiva, 2008b.
- ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Trad. de André Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010d.
- ARENDT, Hannah. *The human condition*. 2nd edition. Chicago: University of Chicago Press, 1998.
- ARENDT, Hannah. *The life of mind*. New York: Harcourt, 1978a.
- ARENDT, Hannah. *The origins of totalitarianism*. New York: Harcourt, 1978b.
- ARENDT, Hannah. *A vida do espírito*: o pensar, o querer, o julgar. 2^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010b.
- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. Trad. Br. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARENDT, Hannah. *Vita activa*: oder Vom tätigen Leben. München: R. Piper & Co. Verlag, 1967.
- DIAS, Lucas Barreto. Hannah Arendt e a intencionalidade das aparências. In: *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 43, p. 301-316, 2020.
- DIAS, Thiago. Fake News and World Alienation: Reflections on Bolsonaro's use of *Whatsapp*. In: *HannahArendt.net*, v. 10, p. 105-123, 2020.
- PEREIRA, Geraldo Adriano Emery. *Verdade e política na obra de Hannah Arendt*. 1^a ed. Curitiba: Appris, 2019.